

Comissão de Articulação e Organização
dos Povos Indígenas Tupinikim e
Guarani no Espírito Santo

Aracruz, 27 de maio de 1996

Prezados amigos,

O texto que apresentamos tem por finalidade informar-lhes sobre a problemática que nós, Tupinikim e Guarani, ao longo de muitos anos estamos enfrentando devido, principalmente, a difícil situação fundiária em que nos encontramos.

Solicitamos mediante as informações do presente texto esforços da sua entidade ou da sua pessoa para apoiar a nossa luta no Espírito Santo. Propomos as seguintes atividades:

1. Esforços nos países consumidores da produção da "Aracruz Celulose S/A". Os países de maior importância são EUA, Bélgica, Grã-Bretanha e Japão. Outros países consumidores são Itália, Coreia do Sul, Tailândia, França, China, Argentina, Indonésia, México e recentemente África do Sul.
2. Esforços de entidades que têm disposição apoiar a luta nos demais países.
3. Esforços no país acionista de maior importância: Noruega.
4. Esforços no Brasil para que pressione a Empresa e o Governo Brasileiro no sentido de tomar uma decisão em favor dos índios.

Pedimo-lhes que comuniquem a sua disposição para apoiar a luta numa das atividades mencionados. Também precisamos de apoio financeiro para que possamos elaborar os materiais necessários para a campanha.

Aguardando a sua resposta sobre possíveis apoios e nos despedimos,

Pela Comissão, *José Luiz Rano aldeia casa velha Tupinikim*
Pedro da Silva Capitão Guarani

Endereço de contato:
Conselho Indigenista Missionário - CIMI
Cx. Postal 30
29190.000 - Aracruz - ES / BRASIL
Tel/fax: 00 55 27 2562374
Correio eletrônico: ideabr.@tropical.com.br

ÍNDIOS LUTAM POR TERRA INVADIDA PELA ARACRUZ CELULOSE

Os índios Tupinikim e Guarani, habitantes do município de Aracruz, Estado do Espírito Santo - Brasil, desde 1975 vêm lutando pelo direito de recuperar suas terras, tomadas no início da colonização e devolvidas pela Coroa Portuguesa em 1610, garantidas através das documentações oficiais. Cerceados de seus direitos, enfrentam a miséria, o poder econômico e o descaso dos governantes brasileiros para garantirem a sobrevivência. Hoje lutam pela ampliação de suas terras, ocupadas pela empresa multinacional Aracruz Celulose S.A.

Histórico

Em 1500 - Os portugueses encontraram os Tupinikim no litoral do Espírito Santo, ocupando uma faixa de terra de aproximadamente 1000 km que ia de São Paulo até o Sul da Bahia. Sua população era estimada em pelo menos 55 mil índios.

Com a chegada dos colonizadores, iniciou-se a domesticação dos Tupinikim. A domesticação tinha como interesse difundir o projeto colonial da metrópole, que não se tratava apenas de se apropriar das terras, mas também de desenvolver economicamente a Colônia.

O projeto colonial previa organizá-los em aldeias e convertê-los ao Cristianismo, garantindo, assim, a ocupação e defesa do território e uma constante reserva de mão-de-obra. Para o desenvolvimento do projeto os colonizadores contavam, também, com a ação dos jesuítas que reprimindo seus ritos e tradições, provocaram mudanças em seus costumes. Através dos aldeamentos se exercia maior controle sobre os índios, exigindo deles trabalhos forçados, etc. Os contatos com os portugueses trouxeram novas doenças e novos padrões de guerra. Essa nova forma de viver provocou a progressiva desorganização e enfraquecimento dos Tupinikim.

Em 1610 - No dia 04 de dezembro uma Sesmaria de terra (seis léguas ou 79,2 km de extensão de norte a sul) foi requerida ao Governador da então Capitania do Espírito Santo, que através da Coroa Portuguesa, devolveu aos índios a terra solicitada.

Em 1760 - Essa Sesmaria foi demarcada, através do "Termo de Concerto e Composição", mas os índios não obtiveram as seis léguas. Foram considerados, apenas, 61,4 km na direção norte/sul. Os registros históricos contam que a área foi ratificada por D. Pedro II, **em 1860**, quando visitou província do Espírito Santo.

O mapa estatístico do Espírito Santo no ano de 1856, registra uma população de 3.548 índios na região situada entre as Vilas de Serra e Linhares, incluindo aí Nova Almeida e Santa Cruz, região onde os índios residem atualmente.

Contudo, essa população não conseguiu manter-se aos longo dos anos de colonização. Vítimas de diversos artifícios e agruras, os índios do Espírito Santo foram sendo pouco a pouco dizimados, inicialmente pelos exploradores europeus, e depois, a partir do **século XX**, pelos madeireiros extrativistas.

Outros fatores foram importantes e determinantes para que a terra Tupinikim continuasse a ser usurpada pela "sociedade nacional". Em 1910, foi criado, pelo Governo

Federal, o **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)**, que atuava basicamente na pacificação dos índios para permitir a construção de ferrovias e rodovias, favorecendo a instalação de madeireiros extrativistas.

A partir de 1940, os índios de Aracruz sofreram com outra invasão de suas matas. Nessa época o Estado, denominando essas terras indígenas de “devolutas”, passou a concedê-las para a extração de madeira, na produção de carvão vegetal. A Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), empresa de siderurgia, recebeu uma gleba - toda ela em terras indígenas - de 30 mil ha no município de Aracruz. A mata foi devastada. É neste período que se inicia a degradação ambiental da região. E o terreno “limpo” das derrubadas eram ocupados por cafeicultores. Os posseiros não mediam ações para expulsar os índios.

Em 1960 é registrada a presença dos Guarani na região de Caieiras Velhas, município de Aracruz, onde vivem até hoje. Vindos do Sul, esse grupo Guarani Mbya ainda mantém a prática de migrar caminhando a procura da “terra sem mal” - o paraíso. Mantém também seus costumes e falam a língua guarani. Os poucos Guarani sobrevivem da reduzida caça, pesca, roças e do artesanato, dividindo, sem conflitos, o pequeno espaço de mata com os Tupinikim,.

Na década de 60 foi extinto o SPI e criada a **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)** para dar sustentação aos novos propósitos governamentais. Este momento é determinante para a situação que os índios vivem hoje. O Governo Brasileiro deu início aos Grande Projetos de Desenvolvimento e o impacto social foi muito significativo para os índios, assim como para toda a região. E, a partir de 1967, os Tupinikim e Guarani perderam quase que totalmente suas terras, que se reduziram aos quintais de suas casas, dificultando ainda mais a sobrevivência dos grupos.

Aracruz Celulose

Atualmente os problemas dos Tupinikim e Guarani decorrem da instalação da Aracruz Celulose, empresa multinacional de capital privado, produtora de celulose, que, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) detém 203.000 ha, no Estado do Espírito Santo. Essa empresa recebeu dos Governos Federal e Estadual vários tipos de incentivos fiscais. Comprou do Governo do Estado 30.000 ha de terra indígena, por uma quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiros por m². Ainda adquiriu da COFAVI uma gleba de 10.000 ha, terra indígena ocupada em 1940. A outra parte das terras indígenas foram conquistadas de diversas formas, principalmente, através da “grilagem”. A FUNAI, responsável pelos assuntos indígenas, legitimou a posse das terras pelos brancos, sustentando que na região não existiam índios. As matas nativas foram substituídas por florestas de eucaliptos, contribuindo para a extinção do modo de sobrevivência indígena.

Os índios contam que:

“Ou você vendia, ou eles tomavam tudo e aí você ficava sem nada. Aí os índios ficavam com medo e iam se afastando...”. “A Aracruz chegou arrebatando tudo. Trouxe dois tratores e um correntão e ia levando tudo que tinha pela frente. Encontrávamos tudo quanto é bicho morto. Aí foi acabando as matas, os pássaros, secaram os córregos...”.

Os depoimentos de índios que vivenciaram a ocupação de suas terras ilustram de

forma realista a violência imposta pela Aracruz Celulose S/A. Essa empresa também é responsável pelos prejuízos ecológicos e degradação ambiental da região.

Em 1983, após uma luta intensa, os índios reconquistaram 4.491,4 ha, demarcados pelo Governo. Trata-se de três áreas descontínuas, que constituem hoje, as cinco aldeias: uma Guarani e quatro Tupinikim. São, aproximadamente, 1.300 Tupinikim e 100 Guarani ilhados por florestas de eucaliptos. Essas terras são áridas e improdutivas, impondo a miséria como condição de vida. Acabaram as caças, os rios estão secando, a terra não produz como antes.

Dez anos depois, **em 1993**, contrariando todos os interesses, os índios reivindicam a ampliação de suas terras, uma vez que a população indígena voltou a crescer. Essa proposta foi protocolada na FUNAI, em Brasília, sob o nº 1.632/93. Os índios querem a terra de volta porque ela dependem para sua sobrevivência. Propõem a recuperação do meio ambiente, tão destruído pela Aracruz Celulose e desejam reconstituir as condições para terem novamente caça, pesca e liberdade.

Unificação e ampliação das terras indígenas

Apesar de enfrentarem a aculturação, sobrevivendo de pequenas plantações e venda de artesanatos, os Tupinikim e Guarani estão conseguindo se organizar, contrariando interesses de grupos econômicos e políticos. Lutam, hoje, pela posse de 13.579 ha que são inquestionavelmente indígenas e necessários para a sobrevivência do grupo.

Nesta proposta de ampliação, os índios querem a unificação das aldeias de Caieiras Velha e Pau Brasil. Com a unificação, a nova área totalizará aproximadamente 14.270 ha somada a área que já possuem, enquanto que a Aldeia de Comboios será ampliada para 3.800 ha.

Após um grande movimento para obter apoio, em 30/11/93, os índios conseguiram uma audiência pública na Comissão de Minorias do Congresso Nacional. Neste dia, o presidente da FUNAI instalou um Grupo de Trabalho (GT) para reestudar, identificar e realizar o levantamento fundiário da área. Sob a Portaria 0783/94 de 30/08/94, o GT foi instalado. O trabalho do GT, consta de um relatório, concluído em dezembro de 1995 e aprovado pelos índios, pois sustenta suas reivindicações. Este relatório somente aguarda publicação no Diário Oficial da União.

Tal publicação está paralisada, devido a edição de um novo decreto - nº 1775/96 -, promulgado em 08/01/96 pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim, que regulamentou "novos procedimentos para a demarcação das terras indígenas". Este decreto permite que a Aracruz Celulose e outros contestem a reivindicação das terras feitas pelos Tupinikim e Guarani. Os povos indígenas do Brasil lutam para revogá-lo, uma vez que o decreto é uma grande ameaça aos seus direitos fundamentais e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Mesmo sabendo que não é interesse da Aracruz Celulose ou do Governo que sejam ampliadas e demarcadas as terras, os índios não desanimam. Reconhecendo que a produção do relatório foi o primeiro passo dado na luta pela devolução das terras indígenas em Aracruz, prosseguem com suas reivindicações. Por isso, os índios Tupinikim e Guarani estão fazendo uma campanha internacional pedindo apoio às várias entidades ambientalistas, às Ongs, aos órgãos de defesa da causa indígena, às autoridades e aos clientes da Empresa para que pressionem a Aracruz Celulose a fim de que devolva as terras dos Tupinikim e Guarani, e intervenham junto ao Governo Brasileiro no sentido de redemarcarem as terras reivindicadas.